



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

20 de março 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editorial	Data: 20/03/2015
Assunto: Negociações		Página: 26

DIÁRIO CATARINENSE

NEGOCIAÇÃO E MATURIDADE

É preocupante o rumo que está tomando o movimento dos professores da rede estadual em Santa Catarina na tentativa de pressionar o Estado para não avançar nas reformas previstas para o setor. A liberação de alunos mais cedo das aulas, tirando deles 75 minutos de aprendizado por dia, só prejudica os estudantes, o lado mais fraco da queda de braço entre sindicato e governo catarinense. Métodos corporativistas de pressão que se ancoram na estabilidade do funcionalismo são condenáveis. Também não é válido o ar-

gumento utilizado pelo sindicato dos professores (Sinte) de descontar dos alunos o tempo a ser usado em discussões sobre perdas e ganhos para a categoria. O correto é marcar encontros em horário e locais que não atrapalhem as aulas.

Apesar de os protestos serem isolados – segundo o governo 1,6% dos professores –, os danos à educação dos estudantes destas escolas está feito. Além da redução do conteúdo, sem perspectiva de recuperá-lo, os alunos mandados para casa mais cedo têm de lidar com a espera por ônibus ou antecipar a ida dos pais para buscá-los – e nem

sempre a família encontra uma maneira de alterar a rotina. Ir para casa mais cedo até pode ser motivo de festa para crianças e adolescentes, mas não é para o educação como um todo.

A sociedade catarinense espera maturidade das partes envolvidas na negociação. Sem apontar quem está certo ou errado, é positivo o debate sobre o reforço da meritocracia na carreira do magistério e a adoção de critérios técnicos de remuneração e benefícios. Clareza de critérios e racionalidade administrativa é o que se espera de um setor tão importante para pavimentar o futuro dos catarinenses.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 20/03/2015
Assunto: Aniversário		Página: 04

DIÁRIO CATARINENSE

PARABÉNS À EDUCAÇÃO

Aniversariante do dia, o presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, foi surpreendido ontem pela quebra de protocolo pelo secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que convocou um "Parabéns a Você", com direito a coral e tudo, na reunião nacional dos secretários da área, que ocorre em Florianópolis. Era mesmo o lugar certo para o Senhor Educação comemorar a data.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 20/03/2015
Assunto: Alimentação Escolar	Página: 31	

Notícias do Dia



FOTOS: AGENCIA ALESC/DIVULGAÇÃO/ND

Complicado

Pois é, continua o imbróglio sobre a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar – por sinal, determinado em lei. Tanto que o Ministério da Educação suspendeu o repasse mensal para Santa Catarina, equivalente a R\$ 5,5 milhões. O problema é que a Secretaria da Educação diz que a agricultura familiar do Estado não tem condições de entregar o alimento. O deputado Dirceu Dresch, do PT (à esq.), classificou essa desculpa de absurda, de uma inverdade, pois somos referência na produção agrícola pelas pequenas propriedades. Durante a apresentação de projeto da Secretaria da Agricultura, pelo secretário Moacir Sopelsa, na Assembleia, Dresch defendeu que a Epagri e a Cidasc auxiliem agricultores familiares com assistência técnica na produção de alimentos para a merenda escolar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 20/03/2015
Assunto: Consed		Página: Online



Secretários de Educação se reúnem em Florianópolis na primeira reunião do Consed

Os secretários de Estado da Educação e do Ministério da Educação se reúnem em Santa Catarina na I Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed). No encontro, o secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC, Binho Marques, destacou que apesar da saída de Cid Gomes do Ministério, o trabalho que está sendo feito vai continuar. O secretário de Estado da Educação de Santa Catarina e presidente do Consed, Eduardo Deschamps, destacou a importância de manter o diálogo que estava sendo estabelecido entre o MEC e as Secretarias Estaduais de Educação para dar andamento nas ações.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Mario Motta	Data: 20/03/2015
Assunto: Consed		Página: on-line



Mário Motta: secretários estaduais de Educação se reúnem em Santa Catarina

Encontro tem como temas centrais os eixos prioritários para a melhoria da educação pública brasileira

Florianópolis será, por dois dias, a Capital da Educação Pública Brasileira. Gestores da Educação dos 27 Estados brasileiros estarão presentes, quinta e sexta-feira, na 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação.

O encontro tem como temas centrais os eixos prioritários para a melhoria da educação pública brasileira: a Base Nacional Curricular; o Financiamento da Educação Brasileira; a Gestão Escolar; e, a Reformulação do Ensino Médio.

O evento que deverá contar com as presenças dos 27 secretários de Estado da Educação será realizado no Hotel Jurerê Beach Village.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 20/03/2015
Assunto: Consed		Página: Online



Consed realiza I Reunião Técnica sobre a Base Nacional Comum

Em Florianópolis, técnicos e pesquisadores debatem a Base Nacional Comum. O tema é um dos eixos prioritários definidos pelo CONSED no intuito de organizar a agenda nacional e estabelecer estratégias de ação para aplicação efetiva do PNE.

O contexto histórico, a legislação, os princípios e as iniciativas sobre a Base Nacional Comum estiveram na pauta das discussões da I Reunião Técnica sobre a Base Nacional Comum, realizada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, no dia 18 de março, em Florianópolis. O evento contou com a participação de técnicos das Secretarias Estaduais de Educação de todo o país, além de representantes do MEC e da Fundação Lemann, parceira no debate sobre o tema.

O secretário de Educação do Estado de Santa Catarina e presidente do Consed, Eduardo Deschamps, abriu o encontro ressaltando que a Base Nacional Comum é um dos eixos prioritários definidos pelo CONSED no intuito de organizar a agenda nacional e estabelecer estratégias de ação para aplicação do PNE, “é necessário criar as condições para operacionalizá-lo de forma eficiente”, disse o presidente.

O presidente do Consed contextualizou que os caminhos para a definição de uma Base Nacional Comum são de muito diálogo e trabalho. “Não se trata de um currículo único para todo o Brasil, mas sim a definição de um padrão do que é fundamental que seja ensinado, guardando espaço para a diversificação e respeitando a autonomia do professor, além do olhar sobre as características regionais”.

Para Deschamps todos os segmentos da sociedade devem estar engajados, agradecendo o estabelecimento de algumas parcerias, em especial com a Fundação Lemann e o movimento pela Base Nacional Comum da Educação, que têm contribuído com o aprofundamento das discussões.

Continuando, o secretário Deschamps citou alguns princípios que considera essenciais para o melhor êxito do trabalho de definição da Base Nacional Comum: que seja construída em colaboração entre União, Estados e Municípios, em especial com a participação dos professores e submetida a consultas públicas; tenha foco nos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

conhecimentos, habilidades e valores essenciais que todas e todos devem aprender para o seu pleno desenvolvimento, além do respeito à autonomia dos sistemas de ensino para a construção de seus currículos, e das escolas para a construção de seus projetos pedagógicos, sem perde de vista à diversidade cultural como parte integrante da Base Nacional Comum.

Em seguida, Alice Andrés Ribeiro, representante da Fundação Lemann e secretária executiva do Projeto Base Nacional Comum, apresentou um resumo de pesquisas realizadas sobre o tema. Alice destacou que “82% dos professores e 87% dos gestores concordam que os currículos de todas as escolas do Brasil deveriam ter uma base comum”.

Alice aponta que os estudos internacionais demonstram que a Base Nacional Comum deve ser clara em relação ao formato e ao conteúdo. “Uma clareza de formato que deve garantir estrutura comum para todo o documento – algo a ser definido antes do início da redação. E clareza também de conteúdo que deve permitir que professores e pais entendam o documento, sendo capazes de compreender o que deve ser ensinado, o que os alunos devem aprender e os indicadores de qualidade desse aprendizado”.

Segundo Alice, é o que também aponta as pesquisas que demonstraram o anseio dos profissionais da educação brasileira, pois, “93% dos professores e 98% dos gestores concordam que saber o que é esperado que os alunos aprendam a cada ano escolar facilita o trabalho do professor”.

Para ela a Base Nacional Comum promoverá uma maior equidade, “uma vez que garante a todos os brasileiros o acesso a um conjunto de conhecimentos considerados essenciais para concretizar seus projetos de vida”.

Articulação entre os Sistemas de Ensino - O pacto federativo para a construção da Base Nacional Comum Curricular e os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento foram abordados no evento pelos representantes do MEC, Hilda Micarello e Italo Braga.

Italo Braga fez um resumo sobre a legislação vigente sobre o tema e, um breve histórico da política nacional curricular, com as temáticas: Currículo em Movimento (2009 e 2010); Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (2009 a 2012) e os Direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento (2011 a 2014).

Braga também falou sobre a consulta realizada pelo MEC aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para coletar informações para a construção de uma base nacional comum curricular. “Com as informações, será produzido um estudo que vai subsidiar as discussões em torno da base nacional comum curricular”

Por fim, alertou sobre a segunda fase da consulta, que estará disponível no Simec/PAR. E que paralelamente, o MEC vem fazendo reuniões com especialistas de universidades e professores da educação básica das diferentes áreas do conhecimento para auxiliar no debate nacional sobre a Base Nacional Comum.

O final da manhã contou com a apresentação sobre o Histórico da política curricular no Brasil, realizada pela professora Guiomar Namó De Melo, do Conselho Estadual de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Educação de São Paulo, que inicialmente destacou os três grandes movimentos que têm impulsionado as reformas curriculares ao redor do mundo: “revolução tecnológica, disseminação das TCIs; globalização, massificação e diversificação do alunado e mudança acelerada na organização do trabalho e na estrutura das relações sociais. “

Em relação ao Brasil, a professora discorreu sobre os antecedentes históricos afirmando que somente 355 anos depois do descobrimento ocorreu o “primeiro currículo oficial em 1855 – só para quem já dominasse as primeiras letras. E duas repúblicas depois: Estado Novo e Leis Orgânicas dos anos 1940”.

A professora falou ainda sobre a expansão desordenada dos anos 1980, que evidenciou a “repetência, evasão, defasagem série-idade e alta seletividade do sistema”. E os anos 1990 com a “revisão de conjunto dos marcos regulatórios da educação”.

Guiomar disse que no tempo atual é preciso engajamento de todos os segmentos ligados à educação que queiram construir e colaborar com esse debate. “Essa base nacional comum não é um currículo. Os currículos são dos estados e municípios, que são muito mais do que uma base. Essa base comum vai ser orientadora da avaliação nacional e da formação de professores, que é um assunto de âmbito nacional”, afirmou.

Na agenda do encontro está programada ainda uma série com dinâmica de avaliação e grupo de trabalho com o objetivo de validar princípios e o desenho da Base Nacional Comum.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 20/03/2015
Assunto: Comissão de Educação		Página: Online

[PeloEstado]

PelaEducação



Deputados integrantes da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembleia, Rodrigo Minotto (PDT), Valdir Cobalchini (presidente) e Gean Loureiro, do PMDB, e Serafim Venzon (PSDB), foram recebidos pelo presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Maurício Fernandes Pereira, onde definiram uma aproximação entre as duas instâncias. A partir de agora, um dos integrantes do Conselho vai acompanhar as reuniões da Comissão no Legislativo para que os assuntos da Educação em Santa Catarina sejam discutidos em parceria.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 20/03/2015
Assunto: Consed		Página: Online

[PeloEstado]

Diálogo com MEC Será encerrada hoje, em Florianópolis, a I Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed). O fórum é presidido pelo secretário da Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, que manifestou à *Coluna Pelo Estado* sua impressão sobre a saída, na quinta-feira (18), de Cid Gomes do Ministério da Educação, após apenas 75 dias. "Lamentamos a saída, considerando que o diálogo que estava sendo estabelecido entre o MEC e as secretarias estaduais de Educação se revelava bastante promissor. Cabe agora manter desobstruídos os canais de comunicação com a equipe técnica do Ministério para que se dê continuidade às ações em andamento, em especial, aquelas com prazos definidos no Plano Nacional de Educação."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 20/03/2015
Assunto: Conae		Página: Online



Comissão de avaliação reelege presidente e discute avanços

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) reelegeru na quarta-feira (18), João Carlos Pereira da Silva para a presidência. A cerimônia de eleição e posse foi conduzida pelo ministro interino da Educação, Luiz Cláudio Costa, em Brasília.

Órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a Conaes tem as atribuições de propor e avaliar dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional de cursos e de desempenho dos estudantes. O Sinaes reúne informações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), das avaliações institucionais e dos cursos.

De acordo com o presidente reconduzido, o Conaes está rediscutindo o alcance da avaliação da educação superior. "Entre as ações da Comissão no último ano está uma ampla discussão sobre os instrumentos de avaliação, como a autoavaliação institucional, que foi um avanço do Sinaes", disse. "Entendemos que o Sinaes é um sistema que tem evoluído muito nos últimos 10 anos, é um processo em vias de concretização."

O ministro interino da educação, Luiz Cláudio Costa, destacou que, ao completar 10 anos, o Sinaes ajudou a nortear as ações do Ministério da Educação. "O Conaes vem agindo para repensar os indicadores e os segmentos da avaliação, que é o próximo passo para a educação superior brasileira", afirmou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 20/03/2015
Assunto: PNE	Página: Online	



Estados e municípios devem aprovar seus planos de educação

Estados e municípios devem criar e aprovar seus planos de educação até 24 de junho, como estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE). "O prazo está se esgotando, mas ainda dá tempo", afirma o secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), Binho Marques. "Aqueles que ainda não começaram o processo – que vai desde o diagnóstico até a aprovação de lei municipal ou estadual – devem fazê-lo o quanto antes", alerta.

Para que os entes consigam cumprir o prazo, o Ministério da Educação colocou à disposição dos gestores municipais e estaduais uma estrutura de assistência técnica. As orientações estão disponíveis na página do PNE, com roteiro completo, da construção à aprovação dos planos.

A Sase também tem feito reuniões com os coordenadores estaduais para tirar dúvidas e auxiliar no processo e abriu uma agenda de visitas aos secretários que estão com maior dificuldade de cumprir o prazo. O MEC também tem uma equipe de 297 técnicos, supervisores e coordenadores que atendem todas as secretarias de educação dos estados e municípios.

Estados – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão são as unidades da Federação com planos já sancionados; Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul enviaram projetos de lei para apreciação dos legislativos; Distrito Federal e Roraima estão com os projetos elaborados; Acre, Tocantins, Rio de Janeiro e Pernambuco fizeram o documento-base; Amazonas, Pará, Amapá, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo e São Paulo concluíram o diagnóstico da realidade local. Os outros seis estados estão ainda no processo preliminar, apenas constituíram comissões coordenadoras.

Municípios – Entre os 5.570 municípios, 44 cumpriram todas as fases e estão com os planos sancionados; 17 já aprovaram as leis; 45 enviaram o projeto de lei à câmara de vereadores; 48 elaboraram o projeto de lei; 122 realizaram consultas públicas; 385 fizeram o documento-base; 1.083 concluíram o diagnóstico; e 2.906 instituíram comissão coordenadora. Um grupo de 914 municípios ainda não iniciou o trabalho de elaboração ou adequação do plano e seis municípios não prestaram informações ao MEC.

Em Criciúma (SC), o plano municipal está pronto, com lei aprovada desde o início de dezembro passado. "O plano se inicia com a consciência de que para se realizar uma gestão educacional de qualidade é preciso elencar prioridades; para nós, o plano foi a prioridade número um", afirma a secretária municipal de educação, Rose Mayr. Na visão



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

dela, sem planejamento, não há como alocar bem os recursos para cada demanda educacional. “Se temos uma direção a seguir, fica mais fácil se organizar e também garantir a continuidade das ações.”

Os planos estaduais e municipais de educação devem conter diretrizes e metas a serem alcançadas até 2024, mesma vigência do plano nacional. Vale lembrar que o apoio suplementar que o Ministério da Educação oferece aos municípios e estados levará os planos em conta. “O MEC está ajustando programas, que devem priorizar entes federativos com metas bem definidas e com maior dificuldade técnica e financeira”, explica o secretário Binho Marques.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 foi instituído pela Lei 13.005/2014 e tem 20 metas que, ao todo, são amparadas por mais de 250 estratégias. Para que o PNE se concretize como política de Estado integrada e colaborativa, os planos de educação do Distrito Federal, dos estados e dos municípios precisam estar alinhados a ele. Marques enfatiza que se os planos estiverem em consonância, os recursos serão otimizados e a nação avançará na ampliação do acesso e na qualidade da educação básica e superior.